



A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO CARIRI CEARENSE, UMA ANÁLISE ENTRE EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA

Hilda Maria Daniel da Silva

Anderson Camargo Rodrigues Brito

RESUMO

O presente artigo, analisa projetos governamentais desenvolvidos na região do Cariri, Sul do Estado do Ceará com foco no acesso à terra, mais especificamente, intenciona produzir um estudo comparativo entre os assentamentos Malhada e Jenipapo, ambos localizados no município de Crato. Os assentamentos mencionados possuem características de formação e de consolidação bastante distintos, embora façam parte do mesmo programa de reforma agrária do governo do Estado do Ceará. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamentos de dados secundários, sendo eles: artigos, livros, monografias etc. e como fonte primária, entrevistas com famílias assentadas. A pesquisa bibliográfica utilizada versa sobre estrutura agrária brasileira, reforma agrária, crédito fundiário, estrutura agrária caririense etc. A implementação dos projetos de Reforma Agrária no Ceará, em especial no Cariri, ocorreu em momentos específicos e teve sua organicidade de forma bastante distinta, assim se pode constatar que os espaços em questão possuem níveis de desenvolvimento econômico e social diferentes, além de organicidade e modos de produção que não se assemelham, em sua totalidade.

Palavras chaves: Reforma agrária; Crédito fundiário; Assentamento.

THE AGRARIAN MARKET REFORM IN CARIRI CEARENSE, AN ANALYSIS BETWEEN EXPERIENCES OF Peasant FAMILY PRODUCTION

ABSTRACT

This article analyzes government projects developed in the Cariri region, south of the state of Ceará, with a focus on access to land, more specifically, it intends to produce a comparative study between the Malhada and Jenipapo settlements, both located in the municipality of Crato. The aforementioned settlements have quite different training and consolidation characteristics, although they are part of the same agrarian reform program of the government of the State of Ceará. The research was developed from secondary data surveys, namely: articles, books, monographs, etc. and as a primary source, interviews with settled families. The bibliographic research used deals with Brazilian agrarian structure, land reform, land credit, agrarian structure in Caririense, etc. The implementation of the Agrarian Reform projects in Ceará, especially in Cariri, occurred at specific times and had their organicity in a very different way, so it can be seen that the spaces in question have different levels of economic and social development, in addition to organicity and modes of production that are not entirely similar.

Key words: Agrarian reform; Land credit; Settlement.

LA REFORMA DEL MERCADO AGRARIO EN CARIRI CEARENSE, UN ANÁLISIS ENTRE EXPERIENCIAS DE PRODUCCIÓN FAMILIAR CAMPESINA

RESUMEN

Este artículo analiza los proyectos gubernamentales desarrollados en la región de Cariri, al sur del estado de Ceará, con un enfoque de acceso a la tierra, más específicamente, pretende producir un estudio comparativo entre los asentamientos Malhada y Jenipapo, ambos ubicados en el municipio de Crato. Los asentamientos mencionados tienen características de formación y consolidación bastante diferentes, aunque forman parte del mismo programa de reforma agraria del gobierno del Estado de Ceará. La investigación se desarrolló a partir de encuestas de datos secundarios, a saber: artículos, libros, monografías, etc. y como fuente primaria, entrevistas con familias asentadas. La investigación bibliográfica utilizada trata sobre la estructura agraria brasileña, reforma agraria, crédito agrario, estructura agraria en Caririense, etc. La implementación de los proyectos de Reforma Agraria en Ceará, especialmente en Cariri, ocurrió en momentos puntuales y tuvo su organicidad de manera muy diferente, por lo que se puede apreciar que los espacios en cuestión tienen diferentes niveles de desarrollo económico y social, además de organicidad y modos de producción que no son del todo similares.

Palabras clave: reforma agraria; Crédito territorial; Asentamiento.

INTRODUÇÃO

A realização de reforma agrária é uma questão que enreda inúmeros sujeitos da sociedade, tendo sido ignorada durante muito tempo no Brasil, porém à medida que os conflitos por terra se agravaram, a pauta foi ganhando espaço nas estruturas do estado. A princípio, induzidos pela atuação dos movimentos sociais, e posteriormente com a criação de

mecanismos governamentais com vistas a minar a atuação tida como conflituosa de tais movimentos, além de criação de políticas de reforma agrária com base na negociação, compra e venda de propriedades.

Nesse contexto, são criados os programas de financiamento de propriedades, como por exemplo, Cédula da Terra, Reforma Agrária Solidária, Banco da Terra, dentre outros, todos com amplo apoio financeiro do Banco Mundial, no intuito de reforçar, ampliar o processo de distribuição de terras a partir de um viés financeiro, reforçando formas individualizadas de uso da terra e promovendo endividamento de famílias camponesas.

A desigualdade social brasileira é um produto histórico de uma realidade social caracterizada pela concentração de renda e exploração do trabalho e da natureza, processos diretamente relacionados aos graves índices de pobreza marcantes em toda a história desse país continental que não se restringem ao meio rural. Nesse sentido, a luta política pela realização da reforma agrária é uma das mais significativas contradições da realidade brasileira. Entender como tais políticas vem sendo desenvolvidas pode nos proporcionar privilegiadas posições de percepção e entendimento geográfica da realidade.

O trabalho em questão busca realizar uma análise a respeito dos financiamentos de propriedades executados no Brasil, mais especificamente, realiza a análise realizando estudo comparativo entre o assentamento Fazenda São Silvestre (Assentamento Malhada) e o Assentamento Jenipapo, oriundos da política de financiamento de propriedades, ambos localizados no município de Crato, que se encontra ao Sul do estado do Ceará, faz fronteira com o estado do Pernambuco, possuindo cerca de 1.157,9 Km² e 121 mil habitantes (IBGE, 2010). Visando principalmente, documentar, sistematizar informações a respeito do espaço agrário caririense, espaço este, com inúmeras especificidades e complexidades.

Para a produção do referido artigo foram utilizados, especialmente materiais bibliográficos, tais como, livros, revistas, artigos, dissertações etc. em materiais que versam a respeito da situação agrária brasileira, sobre reforma agrária e principalmente em materiais que se referem a financiamentos para aquisição de propriedades rurais, além da análise bibliográfica também foi executada entrevista com dirigentes das associações dos assentamentos.

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A compreensão da questão agrária no Brasil é uma tarefa que exige, antes de mais nada, a análise histórica de construção do país, visto que, observa-se uma distribuição, cuja origem remonta ao passado, inclusive estrutura que, aos moldes coloniais, persiste a concentração de terras. Cirne Lima (1954, pag. 13), aponta que, “a história territorial do Brasil começa em Portugal. É no pequeno reino peninsular que vamos encontrar as origens remotas de nosso regime de terras”, remetendo a submissão de Brasil a Portugal.

O período colonial trouxe à estrutura agrária brasileira características ainda que marcaram a base da formação territorial do latifúndio. A doação de terras feita pela coroa portuguesa a quem houvesse realizado benfeitorias à própria, ocasionou na colônia, intensa concentração de propriedade. A coroa portuguesa usava como requisito para a doação de sesmarias, o prestígio de indivíduos, onde, comumente estes eram os que também possuíam poder econômico e político.

A distribuição a partir do regime de sesmarias vigorou por bastante tempo no país, e possuía algumas regras, a esse respeito, Oliveira nos aponta:

A sesmaria se constituiu a partir de uma doação de títulos de concessão de terras a proprietários individuais sob o encargo de serem cultivadas. A concessão das terras pertencia aos governadores e capitães-gerais, que representavam a Coroa no país. Não poderia obter concessão de sesmaria quem tivesse já logrado concessão anterior. Cada uma devia ter no máximo a extensão de três léguas e, ainda, era preciso que o pretendente juntasse provas de suas possibilidades quanto ao aproveitamento das terras. Dessa forma, concedia-se apenas o uso, pois todas as terras da Colônia continuavam pertencendo à Coroa portuguesa. (2006, pag. 30)

A distribuição de terras no território brasileiro favoreceu um pequeno grupo, excluindo de tal processo populações originárias e africanos capturados para o trabalho escravo cativo, onde suas existências, histórias e subjetividades, em tais períodos foi reduzida, regimentalmente, a força de trabalho e a mercadoria.

A exclusão da população indígena e africana do processo inicial de distribuição de terras no Brasil colônia, resultou em uma imensa população sem espaços de morada e de trabalho, visto que tais grupos formavam a maioria da população brasileira. Nesse sentido, com a terra cativa dos grandes latifundiários, tais grupos sociais, foram amplamente explorados pelos os grandes proprietários. Tais relações de trabalho eram bastante diversas, dominando o que se entende, por “morador de favor”, onde desempenhavam todas as funções de agricultor, além de cuidador da propriedade, bem como, habitavam as fazendas de seus donos. Vale ressaltar, que nem sempre os proprietários permitiam que o trabalhador morasse no espaço da fazenda. Portanto, a relação do morador com o sesmeiro era uma relação desigual e coercitiva de exploração do trabalho.

A respeito das relações de trabalho desenvolvidas nessas grandes propriedades, concordamos com Oliveira (2006) quando ela afirma que:

A troca variava de serviço e produtos a favores. Até a defesa das terras do sesmeiro era utilizada na troca pela moradia. Assim, ao defender as terras do sesmeiro, o agregado também defendia o seu direito de estar lá, de trabalhar na terra. “Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era luta do outro”. Dessa condição veio a concepção de “morador de favor”, que existia e existe, ainda, em grande número no Nordeste e em outras regiões do país. A moradia de favor envolveu e envolve, portanto, relações pautadas na lógica das trocas. Essas relações ultrapassam o trabalho e as relações de trabalho. A concepção de favor envolve a produção material, mas, também, relações estabelecidas a partir de um código moral com a outra parte. A lealdade, a confiança, o apadrinhamento e a proteção foram e são práticas morais pautadas em um código costumeiro firmado entre o fazendeiro e o agregado. (2006, pag. 31)

Autores contemporâneos(Ariovaldo Umbelino, José Graziano da Silva, Caio Prado Júnior) realizam reflexões pertinentes a respeito das modificações no campo brasileiro, nos colocam que transformações resultam das relações capitalistas, e invariavelmente tais relações tendem a crescer, especialmente do ponto de vista do modo de trabalho, nesse sentido, serão necessários outros modos de resistência e de organicidade.

O espaço agrário brasileiro tem vivenciado relevantes transformações no contexto contemporâneo de transferência de sistemas produtivos de gestão empresarial para empreendimentos agrícolas. Em processo de reestruturação produtiva teve no estado brasileiro, respaldo e apoio político fundamentais. Como se percebe a partir da tese empregada pelo projeto “Novo Rural brasileiro” (programa de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso), onde defendeu-se a ideia que “o meio rural brasileiro não pode mais ser caracterizado como essencialmente agrícola, (...) apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais”. (Osório, 2012, pág.20), ou seja como campo aberto para investida direta do capital.

A partir dessa óptica governamental a respeito dos diversos setores da economia, paradigma muito influenciado pelos Consenso de Washington (1990), Pós-consenso de Washington (2002) e o consenso de Brasília (2004), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil passou a realizar importantes transformações no campo da política macroeconômica, produziu um forte impacto nos processos produtivos do campo, a agricultura brasileira foi um dos setores em que mais se observou modificações, como por exemplo, nas relações sociais de produção, aumento das atividades não agrícolas nos referidos espaços, etc.

As políticas externas voltadas para o desenvolvimento do espaço agrário brasileiro, como já afirmado anteriormente, em muito contribuíram para a realização da reforma agrária no Brasil.

A Medida Provisória (MP) 2.027-38 é uma significativa demonstração da precisa e significativa intervenção do Estado para instituir o campo como um espaço privilegiado de extração capitalista, tal medida instituída ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), gerou preocupação aos estudiosos e movimentos sociais ligados ao campo e foi uma resposta direta do Estado ao contexto agudizado de conflitos sociais no campo e da reação em cadeia dos movimentos sociais na América Latina contrárias a políticas neoliberais. Em seu texto, a MP estabelece que,

“§ 6º O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel.

§7º Na hipótese de reincidência da invasão, computar-se-á em dobro o prazo a que se refere o parágrafo anterior.”

Tais medidas surgem como tentativa de coibir as ocupações aos imóveis, ocupações essas que vinham aumentando consideravelmente na década de 90 e se constituíam como principal ação de luta dos movimentos sociais no Brasil pela reforma agrária. Tais organizações ocupam terras que em geral são imóveis que não cumprem sua função social, ou seja, seus proprietários desrespeitam uma lei prevista na Constituição Federal de 1988.

A reação dos Movimentos Sociais a tal MP foi imediata, visto que as desapropriações só podem ocorrer mediante processo preliminar de vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além de atrasos nas vistorias em caso de ocupação aos imóveis conforme já mencionado, a MP, em mais um reforço à coação as ações dos movimentos sociais, também previa a punição direta as pessoas envolvidas nas ocupações

“§8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos.” (MP 2.027-38, 2000).

O governo brasileiro cravou nos movimentos sociais ultimato ao mecanismo de ocupações, criminalizando qualquer ato relacionado a ele. As contestações a tais medidas surgiram, a partir da ótica que elas ferem o direito de todo cidadão brasileiro, o de exigir a garantia de direitos individuais, além de coibir um mecanismo de reivindicação de terra, que é principalmente de trabalho, de sobrevivência, sendo este, inclusive o último mecanismo utilizado pelos grupos.

A “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO BRASIL

A necessidade de projetos voltados para a execução de reforma agrária no Brasil vem sendo pautada pelos movimentos sociais desde o surgimento desses, aqui se percebe que a concentração de propriedade é a grande e principal causa da imensa desigualdade social e econômica nesse país.

A distribuição de terras, nesse sentido, se dá como importante ferramenta para a o desenvolvimento econômico e social do país como um todo, postura essa, defendida por Veiga (2002), onde afirma ser essencial uma política eficiente de distribuição de terras no Brasil, mesmo que ocorra de forma lenta, é de grande valia e gera efeitos significativamente positivos no desenvolvimento econômico do país. Assim como, a ausência de políticas agrárias podem agravar casos de pobreza e desigualdade social.

A experiência internacional demonstra claramente que economias com distribuição de terras muito desigual e que não realizam reformas rápidas e radicais acabam se tornando fadadas a um padrão debilitante de crescente pobreza rural, baixas taxas de crescimento na agricultura, elevados níveis de desemprego no campo, desordens civis e violência armada. (OLIVEIRA, 2014, p.75)

Os projetos realizados no Brasil possuem principalmente, o apoio financeiro do Banco Mundial e ocorrem desde a década de 90, nos últimos 10 anos tais incentivos se intensificaram e foram transformados em política de estado, aplicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em síntese, os programas desenvolvidos buscam inserir no campo uma lógica capitalista nas relações de trabalho e de vida, a partir da visão mercadológica de produção, a terra, elemento básico à vida, espaço de vivências e convivências, receptor e produtor de realidades, passa a ter a função quase única de produto, as relações ali desenvolvidas não necessitam de construções de identidade, mas sim, somente de negociações e de maior produtividade e, por sua vez, maior lucro. De acordo com Oliveira (2014), “a lógica da política consiste em um estímulo à transação de compra e venda de terras, na qual passa a ser o mercado, e não mais o Estado, o intermediário principal para o acesso à terra.”

Alinhado a uma lógica econômica internacional, o governo brasileiro iniciou, em meados da década de 90 uma modificação nas políticas agrárias, políticas estas que, foram amplamente “incentivadas” pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). O Brasil possuía muitos pontos que poderiam facilitar a implementação das novas políticas agrárias pensadas pelo Banco Mundial, como por exemplo, grande concentração de propriedade, população de baixa renda, conflitos agrários intensos e graves.

Nesse sentido, a agenda adotada por tal órgão internacional, teve início no Brasil, especialmente na região Nordeste, onde tais características sociais eram mais delicadas.

“A região escolhida para iniciar o novo modelo foi o meio rural nordestino, onde se concentra o maior contingente de população em condições de pobreza do país e onde o BIRD opera desde os anos 1970. Desse modo, contando com uma logística já existente, e frente a uma elevada "demanda" por terra, estimava-se que a implantação do projeto piloto ocorreria de maneira acelerada e daria rápidos resultados.” (BANCO MUNDIAL, 1997a).

No âmbito federal as medidas adotadas foram, principalmente, ampliação de financiamentos voltados para projetos desenvolvidos na zona rural. Em níveis locais, regionais, políticas especialmente assistencialistas foram planejadas e executadas, tendo como principal financiador, o Banco Mundial, como já mencionando anteriormente.

No total, em tal período, 5 estados foram definidos para a implementação de uma nova política agrária, a grande maioria deles localizados no Nordeste, foram eles, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Bahia, além do Norte de Minas Gerais.

Nesse sentido, o Estado promove ações de governo que se contrapõem ao desenvolvimento intelectual de política do paradigma da questão agrária. Estabelece um programa de regularização fundiários à revelia das reivindicadas dos movimentos sociais organizados, o estado altera a lógica do processo, desestabilizando os movimentos sociais do campo, enfraquecendo a eficiência das desapropriações e inserindo a lógica do financiamento, mais eficiente, segundo a lógica do governo. Como afirmam Sérgio Sauer e João Mendes, “O Governo considerou as desapropriações inadequadas, substituindo por “livre transação” de mercado entre agentes privados” (SAUER, 2010, Pág. 176).

Nesse sentido, o programa Cédula da Terra teve ampla adesão, especialmente nos estados nordestinos (áreas de conflitos mais intensos e de maior desigualdade social e econômica), programa amplo, que visava beneficiar cerca de 15.000 famílias, pesquisadores afirmam que alguns aspectos deixam claro que a intenção seria, principalmente a de minar a atuação dos movimentos sociais, na visão do governo, atuação conflituosa. “Definir a modalidade baseada na lógica da oferta e da procura como um mecanismo comunitário se transforma em uma tentativa de deslegitimar as ações históricas dos movimentos sociais e de suas representações das inspirações das famílias sem terra” (SAUER, 2010).

“A estratégia do governo estadual de desmobilização dos movimentos sociais e entidades de representação dos camponeses, inicialmente, deu certo. Sindicatos de esquerda e lideranças de representações camponesas optaram por não se envolver com o programa, partindo do pressuposto de que não seria um projeto social de emancipação dos camponeses” (OLIVEIRA, 2005, 76).

Como em um fragmento abaixo exposto, “A explicitação dos critérios que orientaram as agências estaduais na implantação do Cédula sugere que houve a intencionalidade política de utilizá-lo como instrumento de concorrência com os movimentos sociais (SAUER, 2002)”

Os programas de acesso a terra com base no financiamento foram ganhando espaço em outras regiões do Brasil, a facilidade de, segundo o governo, “oferecer” a população facilidade na compra e no pagamento das propriedades torna esse o principal atrativo aos governos estaduais. Muitos dos financiamentos que esses Estados pleiteavam junto a organismos internacional estava condicionados a execução política do paradigma da reforma agrária de mercado.

Pesquisas indicam que tais programas apresentam algumas falhas que tornaram duvidosa a eficiência dos mesmos. Nesse sentido, críticos indicam que para a ampliação de tais políticas, seria necessário, antes de mais nada, uma avaliação mais rigorosa e melhoria nas fragilidades diagnosticadas.

“Os objetivos do Cédula da Terra eram: a) reduzir a pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; b) elevar o rendimento agrícola; c) testar o modelo de mercado como alternativa ao modelo ‘tradicional’ de reforma agrária (Buainain et al., 1999). Na base de todo constructo estava a busca por um modelo de política fundiária mais barato, a fim de reduzir o gasto público para a área social exigido pelo ajuste fiscal.” (MENDES, 2006).

O Ceará, especialmente escolhido por já possuir um projeto que, a partir dele, o programa foi implementado, o projeto São José, que tratava da democratização ao acesso a água à famílias do estado, foi ampliado e, assim, foi inserido também medidas para a democratização ao acesso a terra, nesse momento o programa foi renomeado como Cédula da terra.

A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO CEARÁ

O estado do Ceará, não difere do território brasileiro no que se refere a situação agrária, observa-se que o referido estado possui relações no campo que são, em suma, excludentes e complexas, exigindo, para seu entendimento, uma análise do processo histórico de formação de seus territórios rurais.

Para a compreensão da estrutura fundiária no estado do Ceará, é salutar entender as condições de desenvolvimento dos espaços agrários, a partir das primeiras atividades econômicas que aqui se estabeleceram.

Baseados na produção de algodão, produção de cana-de-açúcar e na criação de gado, as primeiras estruturas foram desenvolvidas, abrangendo grandes porções de terras e absorvendo pouca força de trabalho, muito menor do que a procura, onde existiam muitos camponeses desprovidos de trabalho e terras adequados.

No cariri temos como exemplo dessas relações o modelo de agronegócio da cana de açúcar que, modernizado e mecanizado, vem alterando as bases produtivas de uma atividade secular da região. Essas alterações no entanto, não vieram acompanhadas de uma socialização ou redistribuição da terra com os minifundistas ou com aqueles que, por não possuírem a terra e tampouco os instrumentos de trabalho e investimentos necessários para a produção, foram expropriados do campo” (SILVA, 2010. p.25)

A cultura da cana de açúcar chega a terras cariris pelas mãos dos colonizadores, no século XVII, anterior a chegada de tais, a região era celeiro de culturas para o autoconsumo, por possuir ampla disponibilidade hídrica bem como qualidade de solo ideal para a agricultura, sabe-se que essas terras eram utilizadas para tal pelos índios Cariris, como reforça Farias Filho,

Os Cariris constituíram o grupo de mais alto nível tecnológico dentre os demais do Nordeste brasileiro, cultivavam mandioca, milho, feijão e algodão, “dormiam em rede de 12 a 14 pés por 6 a 7 pés, capaz de conter quatro homens” ou ao ar livre em volta de fogueiras, fabricavam cerâmica, construíam abrigos de pau a pique cobertos de palha (2007, p.30).

A região do Cariri Cearense, nesse sentido, se dá como importante espaço de construção de cultura baseada na produção agrícola, e, não diferente do Brasil como um todo, espaço de concentração fundiária, como já mencionando.

Alguns projetos foram desenvolvidos no estado, com vistas a diminuição dos problemas relacionados a concentração fundiária, como por exemplo: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Ceará (PDRI do Ceará), Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

“Estas políticas começaram a ser implementadas desde a década de 1970. No entanto, a partir de meados dos anos de 1990, os governos federal e estadual, com a parceria do Banco Mundial, revigoraram os programas de intervenção fundiária sob a denominação de ‘política complementar’ da reforma agrária, ou ‘reforma agrária de mercado’”. (ALENCAR, 2006. P. 208)

A estrutura agrária caririense abriu precedente para que fosse aqui implementado o projeto piloto de políticas agrárias pensadas em âmbito federal. O Programa Cédula da Terra e o Reforma Agrária Solidária, os órgãos responsáveis encontraram no estado do Ceará, as bases para sua implementação.

O programa Reforma Agrária Solidária, desenvolvido no estado do Ceará no final da década de 90, possuía características de acesso a terra bem específicas, especialmente seguindo a lógica do financiamento. Foram alteradas algumas cláusulas do Projeto São José, que até então tratava sobre a questão hídrica. A base de tal política é a democratização do acesso à propriedade a partir da lógica do mercado, utilizando de linha de crédito nos bancos, nesse sentido, as próprias famílias são responsáveis pela logística de compra e venda, onde o estado faz a mediação de todo o processo.

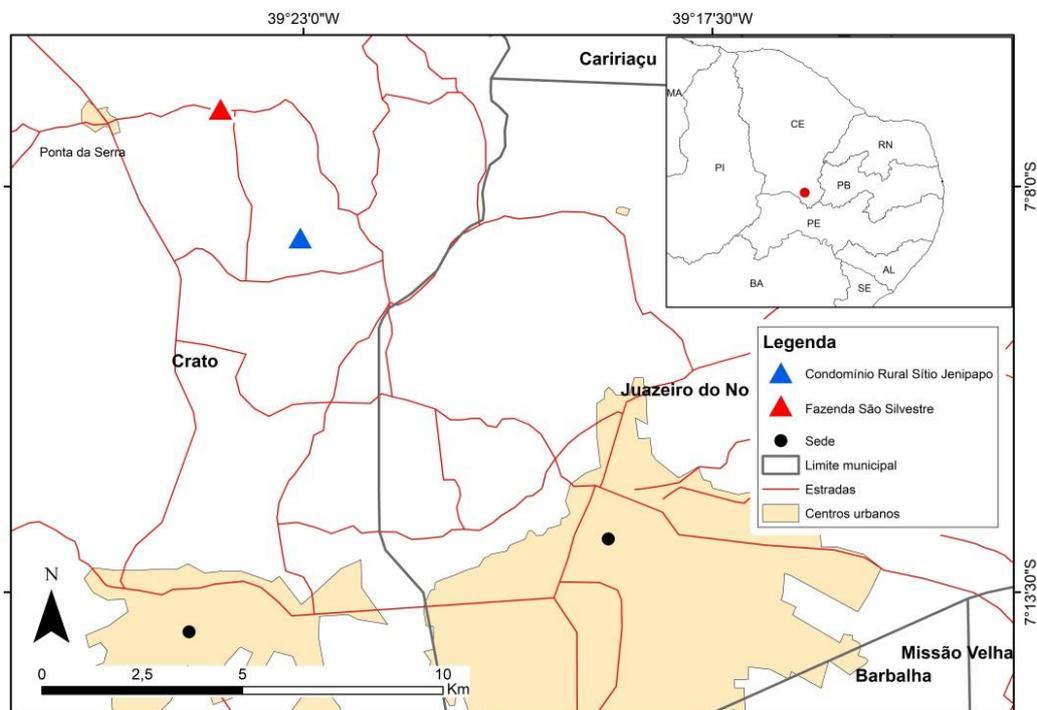
Vale ressaltar que o acesso à política de aquisição de terras nessa modalidade ocorria via associação de moradores, de agricultores, e, a princípio surgiu como mais uma ferramenta de distribuição de terras, como uma política complementar de reforma agrária e não como um modelo único a ser implementado.

As experiências desenvolvidas no estado do Ceará foram muitas, os imóveis estão presentes em 113 municípios do estado, e foram adquiridos nos quatro projetos aqui desenvolvidos, porém, um fator foi similar em praticamente todas as políticas aqui desenvolvidas, o fato de tais políticas acontecerem com base em financiamentos, seguindo uma lógica mercadológica. Conforme Sauer (2002), todos têm a mesma lógica, a mesma fonte de recursos, as mesmas taxas de juro e prazos de pagamento. E o tamanho da propriedade para ser comprada só posteriormente foi estabelecido.

O modelo de reprodução do capital calcado no campo, disfarçado de reforma agrária obteve relativo êxito por muitos motivos, especialmente o fato de integração de interesses, de um lado o Banco Mundial e o estado dispondendo de condições “viáveis” ao pequeno agricultor; de outro lado, camponeses na ânsia e urgência em romper de vez com relações coronelistas de trabalho, as quais eram submetidos desde o surgimento da vida no campo, assentados por uma segurança do estado, e em meio às críticas dos movimentos sociais, o projeto consolida-se no Ceará.

No Cariri Cearense, os projetos de financiamento foram executados em alguns municípios, na cidade de Crato alguns assentamentos se destacam, dentre eles, a Fazenda São Silvestre e o Assentamento Jenipapo, que, embora façam parte da mesma lógica de aquisição, tem características muito distintas no que se refere a produtividade e renda obtida pelas famílias. O mapa abaixo explicita a localização dos dois assentamentos abordados no artigo, vale ressaltar a proximidade dos mesmos, apresentando uma distância entre eles de cerca de três quilômetros (ver figura 1).

Figura 1 – Mapa da área de estudo



Fonte: Geislam Gomes. 2020.

FAZENDA SÃO SILVESTRE (ASSENTAMENTO MALHADA)

O sítio Malhada, comunidade localizada a 15 quilômetros da sede do município de Crato, integrando o distrito de Ponta da Serra, possui uma população de cerca de 500 famílias, em sua maioria, formada por agricultores, historicamente desenvolvendo seus trabalhos a partir do cultivo de várias culturas, sendo as principais feijão, milho, fava (sequeiro), mandioca.

Os moradores do sítio malhada, tinham como atividade principal a agricultura, porém, como não possuíam terras para suas plantações a forma mais comum de sobrevivência era o plantio em terras de terceiros, em fazendas nos arredores. As relações de trabalho estabelecidas eram diversas, como por exemplo, meeiros, arrendatários, moradores, etc. Embora diversas, tais relações tinham características em comum, a principal delas era o fato de parte de sua força de trabalho ser destinada ao dono da propriedade.

Uma das relações era chamada de conga, (Segundo o dicionário informal, “Parte a que tem direito o proprietário da casa de farinha pelo produto de outrem ali fabricado, na proporção de meia cuia por cada prensa”) quando produziam goma e farinha a

partir de seu plantio de mandioca, o dono da propriedade exigia que parte dessas fosse destinada a ele. A conga se referia a 30 por cento da goma produzida, além disso, existia também a cobrança de 1/5 da produção de farinha. Tal cobrança ocorria somada ao pagamento com parte das produções de sequeiro (feijão, milho, fava, por exemplo) e, o encarregado do proprietário efetuava a escolha dos produtos, onde escolhia os de melhor qualidade produzidos pelos agricultores.

Tais relações de trabalho eram constantemente motivo de questionamentos dos agricultores, prática já herdada de pais e avós, viam o ciclo de exploração de trabalho se repetir ao longo dos anos, sem terra para trabalho, a submissão a tais formas de produção era necessária à sobrevivência. A partir dos questionamentos coletivos e na busca por mudanças nessas relações a comunidade começa a se organizar, tal organização ganha força a partir da década de 60, quando ocorre a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Crato e os agricultores passam a reivindicar e conseguir melhorias em seu ritmo de trabalho.

No início dos anos 2000 é apresentado para os trabalhadores da localidade a proposta de compra da propriedade¹, colocada a princípio pelos técnicos e assessores da EMATERCE² explicitando uma nova política agrária que estava vigente e poderia ser uma possibilidade de aquisição de terras. Sendo pauta de várias reuniões na Associação dos moradores do Sítio Malhada (Associação Padre Frederico Nierhoff), que na época possuía cerca de 50 associados.

A Associação São Silvestre, teve seu processo de consolidação pensado e articulado, especificamente com a finalidade de adquirir a propriedade pelo programa do Banco Mundial, esse processo não muito diferente de muitas outras associações, como ressalta Oliveira (2006): “...O projeto incorporava a lógica de mercado, ou seja, vendedor – comprador voluntário, estabelecendo processos de compra de terras com empréstimos contraídos por associações comunitárias, muitas delas, criadas exclusivamente para esse fim.” (2006, p. 36)

O processo de consolidação do Assentamento ocorreu através de processos burocráticos, exigidos pelo Governo do Estado, de início, houve o cadastro das famílias via EMATERCE, após várias reuniões com as famílias que intencionavam, a princípio obter a propriedade.

¹ A propriedade que hoje se encontra o Assentamento, pertencia a Telma Brito, onde muitos eram moradores e o arrendamento da terra era a principal relação de trabalho existente.

² Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

A Associação do sítio Malhada (Associação Padre Frederico Nierhoff) possuía, na época (Início do ano 2000) cerca de 50 associados, dessa quantidade, a partir de observações das necessidades individuais de cada família, foram definidas 11 famílias para a realização do projeto (Fazenda São Silvestre); as famílias que foram definidas não poderiam ultrapassar a renda mensal de 3 salários mínimos, um dos requisitos necessários para a adesão do projeto de Assentamento (em janeiro de 2003).

A propriedade alvo de compra possui 236 hectares, anteriormente foi alvo de muitos outros projetos, cogitou-se utilizar a área para a pecuária extensiva, dentre outros produções. Porém, a Associação Padre Frederico Nierhoff teve prioridade na compra da área pelas relações de trabalho já desenvolvidas pelo grupo de agricultores.

O projeto previu aquisição do terreno para a produção agrícola, além de construção das casas para as famílias. Atualmente, somente duas famílias continuam morando na área do Assentamento, embora todas ainda permaneçam enquanto associados e realizem os trabalhos na propriedade.

O fato de alguns associados não morarem na área do Assentamento é explicado por alguns aspectos, dentre eles: algumas famílias já possuíam casas na comunidade da Vila Malhada, além do que, a área de produção se localiza próxima de tais casas, muitos utilizaram como principal argumento a possibilidade de economia na construção das casas e direcionamento dos investimentos totais nas produções e nas plantações.

O valor total definido para o projeto foi assim determinado: R\$190 mil reais totais, sendo 180 mil para a compra do terreno e 10 mil para gastos com documentação (cartórios, escrituras etc). Além de mais R\$270 mil reais destinados à estruturação, 18 mil por família, e cerca de R\$90 mil para investir na produção. O pagamento das parcelas da propriedade ocorre a cada ano, o valor da parcela é de cerca de 10 mil reais. Foi dado três anos de carência e o pagamento total ocorrerá em 17 anos.

O Assentamento possui atualmente, produção de mandioca, amendoim, feijão e milho. O trabalho é desenvolvido a partir da produção familiar, onde cada assentado realiza suas produções de acordo com seus interesses, as produções de milho e feijão consorciadas (ver figura 2) são as principais culturas desenvolvidas pelos assentados, as plantações de mandioca e amendoim, tem como principal destino o uso na casa de farinha do assentamento, de uma forma geral, os produtores sentem falta da assistência técnica para melhorar suas produções.

Figura 2 – Plantação de feijão



Fonte: José Ferreira, 2020.

Outra atividade desenvolvida pelos Assentados é a produção na casa de farinha, a partir de derivados da mandioca, no caso farinha, goma, beijus e tapiocas, ocorrem tanto, na casa de farinha do Assentamento (em períodos não fixos), quanto, na casa de farinha do parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante (em períodos fixos, de feiras regulares) na EXPOCrato³ e EXPROAF⁴. Nas figuras 3 e 4, observamos a etapa onde a mandioca é descascada na casa de farinha do assentamento, tal etapa é desenvolvida principalmente por mulheres e após esse processo, o produto fica pronto para ser manipulado e transformado em seus derivados.

³ Exposição de Produtos Agropecuários, ocorre anualmente, na segunda semana do mês de Julho, no parque de exposições do município de Crato, movimentada cerca de R\$ 50 milhões em negócios, sendo considerada a maior feira agropecuária do Norte-Nordeste.

⁴ Exposição de Produtos da Agricultura Familiar, feira que objetiva expor e comercializar produtos da denominada Agricultura familiar, acontece anualmente, tem duração de cerca de 3 dias e intensa participação de produtores locais.

Figura 3 – Casa de farinha



Fonte: Joice Lima, 2020.

Figura 4 – Casa de farinha



Fonte: Joice Lima, 2020.

O núcleo de gestão do Parque cedeu o espaço para a Associação fazer uso da casa de farinha desde o ano de 2007, desde então, o grupo se organiza regularmente e distribui seus assentados em todos os processos de produção envolvendo a comercialização na feira. A renda obtida pelos assentados é oriunda principalmente da participação do grupo nessas feiras.

Figura 5 – Produção no parque de exposições durante a EXPOCRATO



Fonte: caririrevista.com. 2019.

A participação do grupo nas feiras regulares do Parque de exposição se dá, como importante meio de aquisição de renda para as famílias dos Assentados. A renda obtida em tais eventos é dividida entre os assentados e envolvidos nos trabalhos durante as feiras. Na casa de farinha do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante, onde trabalham cerca de 37 pessoas, e utilizam cerca de 16 toneladas do produto principal, a mandioca, 8 mil cocos e 500

quilos de amendoim, são produzidos cerca de 30 mil beijus e tapiocas podemos observar na figura 5 algumas etapas do trabalho desenvolvido, como por exemplo, a mistura da massa de mandioca com o amendoim moído e o momento em que os produtos são assados no forno a lenha, o parque conta com três fornos, em cada forno são assados simultaneamente, 32 beijus ou tapiocas.

Segundo os assentados, a atuação nas feiras agropecuárias regulares, é de total relevância para a autonomia de desenvolvimento econômico das famílias, visto que a renda a ser obtida somente pela produtividade agrícola é um pouco delicada, pois, as alterações nos regimes de chuva e principalmente a pouca disponibilidade hídrica e de assistência técnica, impedem o pleno desenvolvimento dos grupos.

ASSENTAMENTO JENIPAPO

O processo de construção do Assentamento Jenipapo se deu, de forma similar ao Assentamento Malhada, onde foi formalizado junto a EMATERCE a associação de agricultores que não possuíam terras, e em seguida, os agricultores selecionados, dentro dos critérios do Programa Reforma Agrária Fundiária, foi formalizado.

A associação foi formada por 12 famílias, no ano de 2001, em sua maioria, os associados realizavam seus trabalhos em propriedades locais e vizinhas, inclusive na propriedade adquirida pelo grupo, a relação trabalhista se dava por parceria, onde o trabalhador produzia na propriedade e quando realizava a colheita efetuava o pagamento, com parte de sua colheita e mediante força de trabalho ao dono da propriedade.

Formada em 2001, a Associação foi formalizada e com o apoio de instituições voltadas para o desenvolvimento do campo, tais como, EMATERCE e Instituto Agropólos, visualizando a propriedade que pertencia ao Coronel Renato Macário, foi efetuada em 2003.

A respeito do subsídio ofertado pelo governo o projeto teve os seguintes custos, a área teve um custo de 45 mil reais, além disso, para os investimentos gerais (construção de casas, poço, instalações elétricas, cercas, etc.) foram destinados R\$150 mil reais. Para o pagamento de tais custos o governo ofereceu quatro anos de carência além de desconto de 40% para os 45 mil reais. As parcelas giravam em torno de 250 reais anuais por família, a última parcela teve uma amortização de 83%, sendo efetuada em 2012.

A respeito dos órgãos responsáveis pela assessoria para a realização do projeto, as famílias relatam que houve assessoria para a implantação do projeto, e no auxílio para o investimento financeiro, porém, nas produções não houve assistência técnica, os associados

relatam dificuldades para as produções iniciais. Sem conhecimento técnico, as plantações e produções ocorriam a partir do “saber popular” dos agricultores.

Além da ausência de assistência técnica por parte dos órgãos governamentais, os assentados sentiram dificuldades financeiras, visto que para o desenvolvimento de algumas produções eram necessários utensílios e equipamentos específicos que os agricultores não possuíam, além disso, o grupo só acessou as linhas de crédito oferecidas pelos bancos, após a prestação de contas do projeto, que aconteceu em 2012. Nesse sentido, há relatos de dificuldades financeiras por parte dos produtores.

O grupo acessou as linhas de crédito do PRONAF no ano de 2012, tal processo não resultou no sucesso das produções por alguns motivos, segundo relatos de alguns associados, dentre eles: ausência de assessoria técnica para as produções, baixa qualidade do terreno no que se refere a fertilidade do solo, pouca disponibilidade hídrica na área, bem como, problemas climáticos, os 5 anos de seca tornaram as produções inviáveis, sendo este um dos fatores mais agravantes. Conforme Oliveira, 2014,

Os motivos para a insuficiência na produção de renda no coletivo são muitos e variados. Falta de crédito, baixa qualidade das terras, variação dos preços dos produtos agrícolas, carestia no preço pago por água e fertilizantes, falta de energia, desentendimento sobre a quantidade de trabalho e sua distribuição com os assentados e perda da produção, entre outros. (p. 177)

Atualmente, nem todos os assentados desenvolvem produções agrícolas, a propriedade possui 70,9 hectares, são 12 famílias que moram na área, além de alguns agregados, e, desse total, somente 4 famílias dependem exclusivamente das produções agrícolas, a grande maioria tem como fonte de renda atividades fora da zona rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido, pode-se considerar que a reforma agrária no Brasil é uma questão ainda longe de se resolver; os governos, tanto em âmbito federal, quanto estadual vem desenvolvendo políticas, ainda bastante tímidas e distantes de solucionar os problemas referentes à questão agrária no país.

Pensando em incluir a discussão na política brasileira, o governo federal, por meio do Banco Mundial, alterou sua política agrária, inserindo a lógica de mercado no processo de aquisição de terras.

A região Nordeste foi escolhida para primeiro implementar tais políticas pensadas pelo Banco Mundial, no Ceará especialmente, tais projetos tiveram amplo apoio estadual. Os

Assentamentos Malhada e Jenipapo foram dois exemplos de propriedades adquiridas a partir do financiamento, ambos se constituíram de forma similar, porém, as condições de produção e geração de renda, atualmente, se diferem bastante.

A partir do exposto é possível perceber que no assentamento Fazenda São Silvestre, os associados desenvolvem as atividades de sequeiro (milho, feijão, fava, etc.) e produção de mandioca, destinadas ao consumo próprio e também venda. Além da renda obtida pelo cultivo das culturas mencionadas, algumas atividades são desenvolvidas de forma coletiva, como o aluguel do trator da associação e a renda obtida pela pelas farinhadas, que se tornou a principal fonte de renda para todos os envolvidos. Os assentados concluíram o pagamento do projeto e relatam que as dificuldades enfrentadas se referem principalmente a ausência de assistência técnica e problemas no acesso a linhas de crédito para ampliação de produção.

As análises das informações do assentamento Jenipapo levam a concluirmos que os envolvidos focam principalmente no cultivo de culturas de sequeiro, hortaliças, criação de abelhas, criação de animais, não possuindo renda/produção coletiva, o destino de suas produções é o consumo próprio e a venda do excedente. O pagamento do projeto foi finalizado em 2012, ano que foi possível acessar linhas de crédito destinadas a produções. Conclui-se também que a ausência de assistência técnica, limitações de recursos hídricos e dificuldades em acessar linhas de créditos, são dificuldades amplamente relatadas pelos associados.

Os assentados do Malhada possuem mais diversidade de renda, vindas a partir de produções coletivas bem como individuais, sendo o maior diferencial na constituição da renda dos assentados, a participação nas feiras agropecuárias da região, o que ocasiona um aumento significativo do poder aquisitivo dos mesmos. No assentamento Jenipapo, as produções são basicamente individuais, cada família é responsável por sua produção, levando a confirmar o que a professora Alexandra aborda em um de seus trabalhos, onde cita, “O trabalho coletivo foi estabelecido pelos técnicos como um trabalho compulsório, direcionado para confirmar a eficiência camponesa que se daria com o pagamento da terra. Na grande maioria dos assentamentos, o trabalho coletivo não vingou.” (OLIVEIRA, 2014, p.176). A dificuldade na assistência técnica, na disponibilidade hídrica, no acesso a linhas de crédito e nas condições de solo são apontados como os principais fatores que limitam a produção agrícola das famílias e as fazem buscar outros meios de sobrevivência, especialmente atividades desenvolvidas na zona urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O Mercado de Terras ou a Terra como Mercadoria no Ceará. In: SAUER, Sérgio. MENDES, João Márcio (ORGs.). Capturando a Terra. São Paulo. Expressão Popular. 2006.

BANCO Mundial (1997) Country assistance strategy – Brazil (1997 – 1999). Washington DC. In: SAUER, Sérgio. MENDES, João Márcio (ORGs.). Capturando a Terra. São Paulo. Expressão Popular. 2006.

BRASIL. Medida Provisória (MP) 2.027-38, de 04 de Maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de Maio de 2000.

BUAINAIN. Antônio Márcio et al. (1999). Relatório preliminar de avaliação do projeto Cédula da Terra. Brasília, UNICAMP / NEAD/ MEPF, junho.

CARIRI REVISTA, Retrospectiva: A união faz a farinhada. Março de 2019. Disponível em : <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/> . Acesso em: 20 de Jun. de 2020.

CIRNE LIMA, Ruy. Pequena história territorial do Brasil. Porto Alegre: Liv. Sulina, 1954. p. 13. In: ARAGÃO, Solange Moura Lima de (ORG.). São Paulo: História, memória e construção. Jundiaí-SP. Paco editorial. 2015.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza. São Paulo. Cortez Editora. 2012.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDES, João Márcio; SAUER, Sérgio. História e Legado da Reforma Agrária de Mercado no Brasil. In: ____ Capturando a Terra. São Paulo. Expressão Popular. 2006.

SAUER, Andréa D. & SAUER, Sérgio (Coord.) (2002) Programa Cédula da Terra: estudo sobre a implantação da “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. Brasília, mimeo.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 98-126, ISSN 1413-0580.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. A política de Contra-reforma Agrária do Banco Mundial no Ceará. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. Nº 19. São Paulo, 2006. pp. 151 – 175.

_____. A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no mundo. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2014.

_____. A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil. São Paulo, 2005. 379p. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

SILVA, Judson Jorge da. Caldeirão e Assentamento 10 de Abril – Passado e Presente na Luta por Terra no Cariri Cearense. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Dep. De Geografia. Fortaleza. Ceará, p. 26. 2010.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agro-reformismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 70.

Informações sobre os/as autores/as:

Hilda Maria Daniel da Silva

Graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Especialista em Geografia pela URCA. Professora da rede pública estadual de ensino do Ceará. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA. hildadaniel@hotmail.com

Anderson Camargo Rodrigues Brito

Graduado em Geografia pela URCA, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC. Professor da rede pública estadual de ensino do Ceará. E-mail: anderson.camargo@hotmail.com

Artigo recebido em 05/06/2020 e aceito em 22/08/2020.